

Os dias seguintes

Todos os capítulos da campanha constituinte em torno do sistema de Governo a ser seguido pelo Brasil a qualificam de histórica. Não, apenas, pela importância da tese e as polémicas entretidas sobre parlamentarismo e presidencialismo, mas, sobretudo, pela aceitação do veredito, num plenário completo que dignifica os eleitos.

Agora, cabe a análise do quanto isso instrui o comportamento das classes responsáveis pelos destinos do País. Sem entrar no mérito da tese, a proposta parlamentarista contaminou-se pelo casuismo, inclusive surgindo a tiracolo da emenda visando à redução do mandato do presidente da República, também reprovada, embora haja o resíduo — ai já despojado de qualquer subterfúgio — discriminando a sorte do mandatário atual.

A opção parlamentarista deixou, assim, de oferecer-se pelas qualidades do sistema. Até nos círculos constituintes a convicção sistêmica ficou

abaixo dos indecisos. E isso exprimindo vacilações de cúpula, no pressuposto de políticos certos do valor da causa, porém prudentes quanto sua viabilidade.

A matéria pertence, mais, um fator de profunda pertinência: a explícita falta de base partidária para o deslanche do parlamentarismo. O presidente do Senado, Humberto Lucena, autor da emenda vitoriosa em favor do presidencialismo, expendeu, ao fim do "placard", notícia a respeito: em todas as reuniões e em todos os contatos efetuados para aglutinar sufragios, as siglas partidárias foram esquecidas. Aliás, não era segredo. Percebia-se a individualização das preferências que, na balança dos indecisos, compôs de logo um avanço rebelde às lideranças.

O quadro é nítido e, a esta altura, sua análise impassional ajuda o espírito legislativo brasileiro a adotar o conceito de que são os mandatários que se tornam objetos de troca e nunca as leis, cujo respeito transcende

a feitura sob medida.

A ser compreendida a força que inspirou a Constituinte em defesa do presidencialismo e do mandato de cinco anos para os futuros presidentes da República, admite-se que se desmanche o espectro discriminatório do resto do mandato em curso. E graças ao grau da definição, o presidente José Sarney se invista dos últimos poderes para resgate de seu Governo das presilhas de uma desgastante passividade e da incômoda imagem parálitica tão útil aos opositores e aos que pagam, no dia a dia, ininterruptos aumentos do custo de vida.

Curto que seja, o prazo comporta um exercício capaz de justificar um Executivo forte ao compasso de um Legislativo forte, pois a Nação repugnam a iniquidade e as diferenças entre as instituições pelo simplíssimo motivo de só poder produzir e prosperar a salvo dos casos das telhas quebradas, lamentavelmente, pelos incumbidos de garantir-lhe condições e cobertura.